



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 64, DE 2025

Dispõe sobre a vedação de cobrança de impostos sobre a posse, guarda, aquisição, ou transmissão de propriedade de animais domésticos.

AUTORIA: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR CLEITINHO
PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Dispõe sobre a vedação de cobrança de impostos sobre a posse, guarda, aquisição, ou transmissão de propriedade de animais domésticos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Este projeto de lei tem por objetivo vedar a cobrança de quaisquer impostos ou tributações relacionadas à posse, guarda, aquisição, ou transmissão de propriedade de animais domésticos.

Art. 2º Para os fins desta lei, consideram-se animais domésticos aqueles destinados à convivência com seres humanos, como cães, gatos, pássaros e outros reconhecidos como de estimação pelas legislações vigentes.

Art. 3º É vedada a criação ou instituição de impostos municipais, estaduais ou federais que:

I – Incidam sobre a aquisição de animais domésticos, seja por meio de compra, adoção ou doação;

II – Sejam aplicados à posse ou guarda de animais domésticos;

III – Gravem a transmissão de propriedade ou posse de animais domésticos em casos de venda, herança ou doação.

Art. 4º As disposições desta lei não impedem a criação de taxas ou tarifas voltadas especificamente para o bem-estar animal, como aquelas destinadas ao custeio de programas de saúde pública, esterilização, ou controle populacional de animais, desde que tais cobranças sejam voluntárias e vinculadas à adesão dos proprietários.

Art. 5º Esta lei não retroage para alcances tributários já estabelecidos antes de sua publicação.





SENADO FEDERAL

SF/25310.77652-49

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação:

Os animais domésticos são parte integrante da vida de milhões de brasileiros, contribuindo significativamente para o bem-estar emocional e social de suas famílias. A imposição de tributos sobre esses animais poderia representar um desestímulo à sua posse, além de dificultar o acesso de famílias de baixa renda à convivência com animais de estimação.

Este projeto de lei visa assegurar que os cidadãos não sejam onerados por tributações relacionadas à posse e transmissão de animais domésticos, promovendo o respeito aos direitos dos animais e incentivando sua guarda responsável. Ademais, busca garantir que eventuais cobranças sejam exclusivamente destinadas ao bem-estar dos animais, e não à arrecadação fiscal.

Sala das Sessões,

Senador CLEITINHO
REPUBLICANOS/MG

